



Carta política do Seminário Agrário Nacional do PT

A Secretaria Agrária Nacional junto com o Coletivo Agrário Nacional do Partido dos Trabalhadores e das Trabalhadoras, durante Seminário Nacional que ocorreu em Brasília entre os dias 7 e 9 de junho de 2024, se solidarizam com todos os homens e mulheres que tiveram suas vidas devastadas pela catástrofe climática do Rio Grande do Sul, resultado da crise socioambiental que ameaça a sobrevivência humana e animal, além de exigir um novo modelo de desenvolvimento.

O governo Lula III é uma importante trincheira da luta por democracia e igualdade na sociedade brasileira, tendo repercussão internacional e alicerçado em um modelo de desenvolvimento justo, amparado no fortalecimento e recuperação dos biomas e da sociobiodiversidade e na defesa dos territórios. A sua sustentação e a efetivação do programa eleito, requer intensa luta política, ideológica, social e institucional, além do enfrentamento à extrema direita, ao fascismo e ao programa neoliberal.

A questão agrária se insere na urgência de enfrentar a crise climática e de combate à fome e à miséria, na medida em que abarca as dimensões ambientais, fundiárias, sociais, econômicas, políticas e alimentares. Portanto, é um componente estratégico do projeto de sociedade do PT, um projeto socialista.

O rural brasileiro é um espaço de disputa de projetos. De um lado o latifúndio improdutivo atrasado e o agronegócio produtor de *commodities*, em detrimento de alimentos para as famílias brasileiras. Um projeto que envenena a terra e as águas, invade e destrói os biomas e territórios, sobretudo indígenas e quilombolas - expressão do racismo fundiário e ambiental. De outro lado, os povos e comunidades tradicionais do campo, das florestas e das águas, a agricultura familiar

camponesa e a diversidade de atores do mundo do trabalho no campo, que representam a maioria dos sujeitos dos territórios rurais. Estes que protagonizam um projeto para alimentar o Brasil com comida de verdade e com preservação da natureza.

A concentração fundiária ainda possui números alarmantes, conforme afirma o Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR/INCRA):

- 1,4% dos imóveis rurais ocupando 61% do território rural com grandes propriedades;
- pela agricultura familiar 78% dos imóveis rurais ocupam apenas 9% do território rural.

Esta disparidade mostra a necessidade e o dever do Estado para promover a **Reforma Agrária**, uma obrigação descrita na Constituição Federal.

A não realização da Reforma Agrária e a regularização fundiária coloca em permanente estado de tensão os povos do rural, que são vítimas de diferentes tipos de violência - que muitas vezes acabam em morte. Exemplo disso é o caso emblemático de Mãe Bernadete, na Bahia e, mais recentemente, do líder Sem-Terra, Cícero Rodrigues, no Tocantins. Foi possível assistir a uma nova onda de institucionalização das milícias rurais e movimentos patronais de confronto direto, como o Invasão Zero, além da ofensiva de projetos em tramitação no Congresso, que criminaliza as lutas sociais.

As mulheres rurais, que protagonizam a maior mobilização de massas do Brasil nos últimos anos, expressam a diversidade do rural brasileiro e ainda assim têm sido historicamente destituídas de poder político e econômico, quando são as que menos têm terras e acesso a políticas públicas, além de sofrer vários tipos de violência política. É preciso fazer um amplo processo político de valorização da produção das mulheres, reconhecimento e fortalecimento de suas lutas.

A juventude rural é protagonista na atualização do programa agrário, problematizando a diversidade dos sujeitos do campo e a necessidade de enfrentamento à emergência climática. Entretanto carece de acesso

à terra, políticas públicas que possibilitem sua permanência no campo e a perspectiva de sucessão rural.

Por outro lado, para quem acredita que existam setores ditos 'modernos' no agronegócio é necessário lembrar que os governos Bolsonaro e Temer expressam a visão desses campos para o rural. O segmento apoiou integralmente o golpe, a gestão de Temer, a prisão de Lula, a eleição, o governo e a reeleição de Bolsonaro. Além disso, apoiou e financiou as medidas propostas pelas duas gestões citadas. É importante salientar que existe divergência entre eles em alguns momentos - sobre um ou outro tema -, mas é algo mais residual e não há uma possibilidade de rachá-los estruturalmente. O Instituto Pensar Agro, financiado pelas empresas e entidades ditas modernas do agronegócio, é quem organiza técnica, jurídica e politicamente as principais propostas da bancada ruralista. Um exemplo disso é a aprovação de uma lei que institui o marco temporal para demarcação das terras indígenas e projetos de criminalização dos movimentos de luta pela terra.

É nesse cenário que as políticas públicas, visando um modelo de desenvolvimento rural sustentável, precisam enfrentar problemas como a concentração de terra, a expansão da fronteira agrícola, a aquisição de terras por estrangeiros, a mineração, a produção de energia (eólica, solar, hidráulica e petróleo), a desintrusão dos territórios e o acesso à água e à biodiversidade. Necessário tratar da agroindustrialização, da comercialização justa, da produção e acesso a bioinsumos, da soberania e segurança alimentar, da agroecologia, da educação do e no campo, cultura, saúde e lazer no espaço rural. É indispensável valorizar a diversidade dos povos do campo, das florestas e das águas, bem como manter um profundo compromisso com a preservação dos biomas brasileiros.

O debate interno da agrária do PT, a partir da luta de classes e de um programa agrário e agrícola, impõe pensar em formas de fortalecer a luta e a organização popular, assim como atualizar o papel do partido, dos movimentos sociais e do governo na construção de um projeto socialista. Para que isso ocorra, o papel dos filiados e filiadas é o de

estimular e estruturar núcleos de base e comitês populares de luta, avançar na luta por uma reforma agrária popular, além de aprofundar o diagnóstico e análise dos opositores aos objetivos aqui propostos, conhecendo as atuais formas de organização e ação dos atores do agronegócio e sua inserção no capitalismo financeirizado.

Impossível perder de vista a avaliação de que as conquistas dos governos petistas passados não ocorreram livres das contradições inerentes à opção de esquerda por um caminho pactuado com as elites nacionais – urbanas e agrárias – e com o capital internacional. É preciso reconhecer que a derrota desses setores nas urnas não os impediu de impor limites ao projeto democrático e popular e conquistar aliados dentro das coalizões dos governos petistas, para não dizer dentro do próprio PT, impedindo o avanço no enfrentamento de dívidas sociais históricas como a reforma agrária e a superação do modelo concentrador e predatório do grande agronegócio.

Hoje, a correlação de forças, no plano das ideias e principalmente no plano institucional, está ainda mais desfavorável ao programa progressista. Mas há espaço para algumas conquistas e é preciso tensionar algumas propostas para pautar a sociedade e acumular para o futuro. Para tal, é necessária mais ousadia no governo, na bancada e no partido em termos de política agrária, agrícola e econômica.

Até outubro o centro da luta política são as eleições municipais, momento para acumular na sociedade ideologicamente, socialmente e eleitoralmente. A questão agrária é fundamental para a disputa de um projeto de sociedade.

Coletivo Agrário Nacional Ampliado

Rose Rodrigues

Secretária Agrária Nacional do PT